



Três Lagoas

Campo grande

Corumbá

Jaraguari

Rio Verde

Corguinho

Rochedo

Dourados

Galerias

Vídeos



Campo grande

03/07/2025 às 09h46

Redação Campo Grande / MS



Assembleia Legislativa recebe projeto que cria programa de regularização fiscal

Protocolada hoje na ALEMS, a proposta do TCE oferece chance de regularização, redução de judicializações e incentivo da adimplência



Foto Arquivo

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS) recebeu, na tarde desta quarta-feira (2), proposta do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), que institui o Programa de Regularização Fiscal II (REFIC-II) do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (FUNTC). O **Projeto de Lei 166/2025** tem como objetivo promover a quitação de débitos dos jurisdicionados penalizados por multas decorrentes de infrações administrativas apuradas pelo Tribunal de Contas.

De acordo com a justificativa da matéria, a proposição decorre da necessidade de oferecer uma nova oportunidade de regularização fiscal aos entes e agentes públicos que, por circunstâncias diversas,

acumularam multas administrativas impostas pelo órgão - seja por decisões singulares ou colegiadas (transitadas ou não em julgado), seja por inadimplemento de obrigações formais de remessa de informações e documentos. "Ao mesmo tempo em que contribui para a recuperação de créditos públicos, o programa visa estimular a adimplência, reduzir a judicialização e racionalizar os meios de cobrança, promovendo a efetividade da atuação fiscalizatória do Tribunal sem abrir mão da responsabilidade patrimonial dos jurisdicionados", afirma o presidente do TCE na justificativa da proposição.

O projeto também estabelece a previsão de descontos escalonados sobre o valor das multas, variando de 75% (setenta e cinco por cento), em caso de pagamento à vista, a 25% (vinte e cinco por cento), para parcelamento em até seis vezes, conforme estabelecido no artigo 3º.

Segundo destaca o texto, não poderão aderir ao programa os jurisdicionados que tenham descumprido parcelamentos anteriores, salvo com autorização expressa e motivada da presidência, tampouco aqueles cujas multas decorram de dano ao erário, glosa de despesa ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Gestão.

Além disso, a proposta trata da aplicação de honorários advocatícios em ações já ajuizadas e da possibilidade de emissão de certidão positiva com efeito de negativa enquanto houver adimplência. Em caso de inadimplência, o devedor perde os benefícios do programa e os efeitos suspensivos são cancelados. A proposta busca incentivar a regularização fiscal, reduzir a judicialização de cobranças e reforçar a responsabilidade patrimonial dos gestores públicos. O projeto será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).

FONTE: Aline Kraemer

O conteúdo de cada comentário é de responsabilidade de quem realizá-lo. Nos reservamos o direito de reprovar ou eliminar comentários em desacordo com o propósito do site ou com palavras ofensivas. A qualquer tempo, poderemos cancelar o sistema de comentários sem necessidade de nenhum aviso prévio aos usuários e/ou a terceiros.

Comentários

Veja também



Há 3 horas

Programa TCE na medida é lançado com novas modalidades e benefícios para servidores



Há 4 horas

Paulo Duarte solicita pavimentação de trecho na MS-244



Há 4 horas

Presidente parabeniza MS Ativo ser finalista em Prêmio Excelência em Competitividade

Facebook



Últimas

Há 3 horas

Programa TCE na medida é lançado com novas modalidades e benefícios para servidores

Há 4 horas

Paulo Duarte solicita pavimentação de trecho na MS-244

Há 4 horas

Eduardo diz estar "100% pronto" para concorrer à Presidência

Há 4 horas

Presidente parabeniza MS Ativo ser finalista em Prêmio Excelência em Competitividade

Há 4 horas

Plantas em quartos de hospital podem melhorar a recuperação do paciente, diz estudo

Mais lidas

- Meteorologia
Sábado de tempo bom no MS
- Meteorologia
Sexta-feira de tempo instável no MS
- Cultura Empreendedora
Desafio Pantanal Tech 2025 é lançado para impulsionar soluções inovadoras para MS
- Saúde
Prefeitura de Rio Verde amplia horário de atendimento no ESF Central
- Política
"Afronta inaceitável ao Legislativo", diz líder da oposição sobre ação da AGU

300x600

Editorias

A Fazenda
Bandeirantes
Brasil
Campuã
Cidades
Corguinho
Coxim
Educação
Famosos
Geral
Manchete
Pedro Gomes
Rio Negro
São Gabriel
Televisão

Alcinópolis
Big Brother Brasil
Brasília
Carnaval
Coberturas
Corumbá
Dourados
Entretenimento »
Futebol
Internacional
Novelas
Polícia
Rio Verde
Saúde
Três Lagoas

Automobilismo
Bizarro
Campo grande
Chapadão do Sul
Concursos
Costa Rica
Economia
Esportes
Geral
Jaraguari
Outros esportes
Política
Rochedo
Sonora

Blogs e colunas

Big Brother Brasil
Tecnologia e games
Esporte local
Famosidade

Links

Fale conosco
Galerias
Últimas notícias
Vídeos